

A meio da Agenda de 2030: A traduzir ambições em ações através da justiça centrada nas pessoas

Reunião ministerial da Coligação de Ação da Justiça

19 de junho de 2023

Documento final

Reunimo-nos hoje como membros e parceiros da Coligação de Ação da Justiça.

A Coligação de Ação da Justiça é uma coligação multipartes interessadas de alta ambição que procura colmatar a lacuna global da justiça. Acreditamos fortemente que a justiça é um componente chave do tecido social que une as nossas sociedades. Por conseguinte, estamos empenhados em garantir o acesso igual à justiça para todos, para fortalecer o contrato social, evitar conflitos e alcançar o desenvolvimento sustentável. Para este fim, unimos forças para promover e apoiar a justiça centrada nas pessoas a nível internacional e demonstrar ações ambiciosas a nível nacional.

Estamos a meio da agenda de 2030 e observamos as múltiplas crises que enfrentamos, incluindo as alterações climáticas, o aumento das tensões sociais e a desconfiança entre pessoas e instituições, o aumento das desigualdades e as ameaças à democracia. Resolvemos abordar estes problemas colocando as pessoas no centro dos serviços de justiça e usando a justiça centrada nas pessoas como uma ferramenta para reduzir conflitos, fortalecer a confiança nas instituições e garantir resultados justos para as pessoas.

Recordamos o nosso Apelo à Justiça 2023, tomamos nota da recente [Declaração Conjunta e Chamada à Ação](#) da Cimeira para a Democracia sobre o estado de direito e justiça centrada nas pessoas e comprometemo-nos novamente a cumprir a promessa do ODS 16.3 para garantir o acesso igual à justiça para todos até 2030. Atribuímos particular importância ao acesso das mulheres à justiça e ao reconhecimento da igualdade perante a lei. Notamos com aprovação que mais de 60 países aprovaram agora os cinco princípios de justiça centrada nas pessoas articulados na [Declaração de Haia](#).

Anunciamos com orgulho e alegria que, após a nossa decisão no ano passado, aprovámos a Declaração sobre a Coligação de Ação da Justiça, incluindo o esboço da estrutura permanente para apoiar uma ação eficaz sobre a justiça. Nós, como Coligação de Ação da Justiça, procuraremos:

1. Construir **alinhamento político** sobre a transformação dos sistemas de justiça, unindo forças ao nível nacional, regional e global para influenciar agendas e fluxos de financiamento;

2. Permitir que os responsáveis nacionais pela justiça desenvolvam e **implementem estratégias credíveis**, mediando o acesso a recursos, experiência e apoio internacional; e
3. Avançar na **compreensão do que funciona**, apoiando normas e metodologias, e avaliando dados e evidências sobre justiça centrada nas pessoas.

Partilhamos com prazer exemplos selecionados de [boas práticas sobre justiça centrada nas pessoas](#), mostrando progressos no ODS 16.3.

Esperamos ansiosamente por novos dados e evidências sobre a justiça centrada nas pessoas, que serão entregues pelas organizações parceiras da Coligação de Ação da Justiça na HLPF e a Cimeira ODS em 2023.

Reconhecendo que muito mais tem de ser feito, **comprometemo-nos com ações mais ousadas sobre a justiça centrada nas pessoas.**

Convidamos outros países e partes interessadas, incluindo a sociedade civil e o setor privado, a juntarem-se a nós nos nossos esforços para garantir o acesso igual à justiça para todos e a virem à Cimeira ODS com dados e exemplos de progresso sobre o ODS 16.3, bem como compromissos para garantir o acesso igual à justiça para todos até 2030.

Este documento é o documento final acordado da terceira Reunião Ministerial da Coligação de Ação da Justiça, organizada por S.E. Steven Collet, Vice-Ministro Adjunto do Comércio Externo e da Cooperação para o Desenvolvimento dos Países Baixos, em representação de S.E. Liesje Schreinemacher, Ministra do Comércio Externo e da Cooperação para o Desenvolvimento dos Países Baixos, realizada virtualmente a 19 de junho de 2023.

A reunião contou com a presença dos Ministros da Justiça, dos seus adjuntos, dos Procuradores-Gerais, do Ministro da Cooperação para o Desenvolvimento ou do Ministro dos Negócios Estrangeiros dos seguintes países: Alemanha, Canada, Chili, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos da América, Indonésia, Kosovo, Luxemburgo, Níger, Portugal, São Tomé e Príncipe e Suécia.

A reunião foi organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos, pelo secretariado do G7+, e pela organização Pathfinders for Peaceful, Just and Inclusive Societies. Participaram na reunião representantes das seguintes organizações: ABA Roli, HiiL, ICTJ, IDLO, Instituto para Inspirar o Futuro das Crianças da Universidade de Strathclyde, Namati, OCDE, OGP, Terre des Hommes, PNUD, ONU Mulheres e World Justice Project.